

reestruturação, requalificação e modernização do Complexo Desportivo do Jamor, a qual será designada por Comissão para a Reestruturação do Complexo Desportivo do Jamor (CRCDJ).

2 — A CRCDJ tenha a seguinte composição:

- O presidente do Instituto do Desporto de Portugal (IDP), que presidirá;
- Um representante da Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto;
- Um representante da Câmara Municipal de Oeiras;
- Um representante da Universidade Técnica de Lisboa;
- O coordenador nacional do QCA III — Desporto.

3 — A CRCDJ apresente, no prazo máximo de 60 dias a contar a partir da data da entrada em vigor do presente despacho, um plano de intervenção no CDJ que vise a reestruturação, requalificação e modernização pretendida, propondo a adopção de um conjunto de medidas específicas, devendo ser definida, de forma clara, a responsabilidade de cada uma das entidades intervenientes relativamente às medidas a implementar, à respectiva forma e ao tempo de concretização.

4 — A CRCDJ reúna semanalmente por convocação do seu presidente, devendo o IDP disponibilizar o apoio logístico e administrativo que se mostre necessário ao seu funcionamento.

5 — As despesas decorrentes da participação nos trabalhos da CRCDJ sejam suportadas pelo orçamento dos respectivos serviços de origem de cada um dos representantes que a integram.

6 — A CRCDJ conclua a sua missão no prazo de 90 dias seguidos a contar a partir da entrada em vigor do presente despacho.

7 — O presente despacho produza efeitos a partir da data da sua aprovação.

11 de Janeiro de 2006. — O Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, *Laurentino José Monteiro Castro Dias*.

Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres

Despacho n.º 1944/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 6 de Janeiro de 2006:

Rosa Faria de Oliveira Pinto Moreira, técnica superior de 1.ª classe do quadro de pessoal da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres — nomeada, precedendo concurso, técnica superior principal do mesmo quadro.

Exonerada da actual categoria com efeitos à data da aceitação do novo lugar. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

10 de Janeiro de 2006. — A Presidente, *Elza Maria Henriques Deus Pais*.

Instituto Português da Juventude

Despacho (extracto) n.º 1945/2006 (2.ª série). — Na sequência de aceitação do pedido de escusa do Dr. António Manuel Dinis Ribeiro Marques, presidente do júri do concurso interno de acesso geral para provimento de uma vaga de assistente administrativo principal do quadro de pessoal da Delegação Regional de Aveiro, constante do aviso n.º 11 019/2004 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 275, de 23 de Novembro de 2004, determina-se que a composição do júri do concurso passe a ser a seguinte:

Presidente — Catarina Ascensão Nascimento Rodrigues, delegada regional de Aveiro.

Vogais efectivos:

Eneida Maria Soares Sardo, técnica superior de 2.ª classe.
Maria Eugénia Rodrigues Soares, assistente administrativa principal.

Vogais suplentes:

Carlos Jorge Rodrigues Vale Ferreira, delegado regional de Coimbra.
Ana Isabel Oliveira Santos, técnica superior de 2.ª classe.

6 de Janeiro de 2006. — A Presidente da Comissão Executiva, *Maria Gerales*.

Despacho (extracto) n.º 1946/2006 (2.ª série). — Na sequência de aceitação do pedido de escusa do Dr. António Manuel Dinis Ribeiro Marques, presidente do júri do concurso interno de acesso geral para provimento de uma vaga de técnico profissional principal do quadro de pessoal da Delegação Regional de Aveiro, constante do aviso

n.º 11 020/2004 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 275, de 23 de Novembro de 2004, determina-se que a composição do júri do concurso passe a ser a seguinte:

Presidente — Catarina Ascensão Nascimento Rodrigues, delegada regional de Aveiro.

Vogais efectivos:

Eneida Maria Soares Sardo, técnica superior de 2.ª classe.
Maria Eugénia Rodrigues Soares, assistente administrativa principal.

Vogais suplentes:

Carlos Jorge Rodrigues Vale Ferreira, delegado regional de Coimbra.
Ana Isabel Oliveira Santos, técnica superior de 2.ª classe.

6 de Janeiro de 2006. — A Presidente da Comissão Executiva, *Maria Gerales*.

Despacho (extracto) n.º 1947/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 3 de Janeiro de 2006:

Isabel Anjos Reis Sequeira, técnica superior de 2.ª classe do quadro de pessoal da Delegação Regional de Lisboa — autorizada a seu pedido a transferência para lugar vago no quadro de pessoal dos Serviços Centrais, na área funcional de consultadoria jurídica e contencioso, ficando afecta ao Gabinete Jurídico, com efeitos à data do despacho.

6 de Janeiro de 2006. — A Presidente da Comissão Executiva, *Maria Gerales*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Despacho conjunto n.º 73/2006. — Considerando o disposto no n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 237/2005, de 30 de Dezembro, e ao abrigo dos artigos 2.º, n.º 3, 18.º, n.º 1, e 19.º, n.ºs 1, 2 e 4, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, é nomeado, em comissão de serviço, para o exercício do cargo de presidente da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica o licenciado António Manuel Marques Nunes.

A presente nomeação fundamenta-se na experiência profissional do nomeado e na reconhecida aptidão para o desempenho das funções inerentes ao cargo, tal como atesta, de resto, a síntese do respectivo *curriculum vitae*, que é publicado em anexo ao presente despacho.

O presente despacho produz efeitos a 1 de Janeiro de 2006.

2 de Janeiro de 2006. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Economia e da Inovação, *Manuel António Gomes de Almeida de Pinho*.

Resumo curricular

António Manuel Marques Nunes, casado, natural de Lisboa, nascido em 10 de Agosto de 1954.

Habilitações literárias:

Licenciado em Economia, pelo Instituto Superior de Economia (1973-1979);

Frequência do mestrado em Estratégia, no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (2001-2002).

Carreira profissional:

1973 — ingressou na função pública no ex-Ministério do Ultramar;

1976 — técnico auxiliar de 2.ª classe do quadro do Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT);

1979 — designado adjunto da presidência do IICT;

1983 — técnico superior de 2.ª classe do quadro do IICT;

1986 — nomeado chefe de divisão de Planeamento, Programação e Controlo do IICT;

1988 — nomeado director de serviços de Apoio dos Serviços Sociais da Universidade Técnica de Lisboa e, por inerência, membro do conselho administrativo;

1989 — nomeado director do Departamento Financeiro da Câmara Municipal de Sintra e, por inerência, de funções de juiz auxiliar de execuções fiscais;

1989 — designado, em acumulação de funções, assessor do vereador com o pelouro da protecção civil, encarregue da montagem do respectivo Serviço Municipal de Protecção Civil no município de Sintra e do apoio ao funcionamento da Comissão Especializada de Fogos Florestais;